

TRDQUIDA QUALIAIVA EM SAÚDE

Ceres Gomes Viciora

Daniela Riva Knauth

Maria de Nazareth Agra Hassen

Uma introdução ao tema



V645p

Víctora, Ceres Gomes

Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema /
Ceres Gomes Víctora, Daniela Riva Knauth e Maria de Nazareth
Agra Hassen. -- Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. -- 136 p.

1. Antropologia da saúde: Pesquisa: Metodologia:
Pesquisa qualitativa e quantitativa. 2. Saúde: Pesquisa. I. Knauth,
Daniela Riva. II. Hassen, Maria de Nazareth Agra. III. Título

CDD 572.7072

Catálogo na publicação: Maria Lizete Gomes Mendes
Bibliotecária: CRB 10/950

4.1 Introdução

A pesquisa científica necessita, para ser exequível, delimitar a amplitude de seu objeto de estudo. Isto significa que toda pesquisa opera um recorte sobre uma determinada realidade, uma vez que é impossível contemplar, através de uma só pesquisa, a totalidade dos fenômenos naturais ou sociais. Este recorte é, num primeiro nível, um recorte temático, visto que ele explicita, dentro a multiplicidade dos fenômenos sociais e naturais, qual deles será investigado. Em um segundo nível, há outro recorte que poderíamos chamar de “disciplinar”, no sentido de que é a partir da perspectiva de uma disciplina específica (ou área do conhecimento) que determinado fenômeno será investigado. Em outro nível, temos uma delimitação empírica do objeto de investigação, isto é, onde a pesquisa será desenvolvida ou então que comunidade, grupo, pessoas comporão o universo de investigação. Por fim, mas vinculado ao anterior, outro recorte que opera a pesquisa está relacionado à metodologia utilizada, que pode tanto privilegiar um enfoque quantitativo e, portanto, abranger um maior número de sujeitos/processos investigados, como um enfoque qualitativo, contemplando poucos sujeitos/processos investigados, perdendo, assim, em amplitude, mas ganhando na profundidade dos aspectos estudados.

Tomemos o exemplo da adolescência. Ao escolhermos estudar a adolescência, já estamos selecionando uma fase de vida específica. Não estamos nos propondo a estudar a vida desde sua concepção até a morte, mas apenas uma parte desta trajetória que podemos delimitar através de um critério etário e/ou através de um conjunto de modificações físicas e emocionais que acreditamos caracterizar esta fase de vida. Entretanto, a adolescência possui múltiplos aspectos que podem ser explorados em uma pesquisa científica e nós, em face da nossa formação acadêmica, devemos selecionar os aspectos que são pertinentes para a nossa área do conhecimento. Assim, se formos médicos ou biólogos, podemos nos propor a estudar os aspectos físicos relacionados a esta faixa etária; se tivermos uma formação em psicologia, iremos nos interessar mais

pelos aspectos emocionais; se formos sociólogos ou antropólogos, poderemos nos questionar a respeito dos aspectos sociais e culturais vinculados a esta fase da vida; ou seja, cada área do conhecimento possui interesses específicos dentro de um tema mais amplo. Todos esses aspectos compõem o fenômeno da adolescência, entretanto, cada pesquisa deverá delimitar aqueles aspectos que são possíveis compreender e explicar a partir da área de conhecimento e do referencial teórico em questão. Mas se não podemos contemplar todos os aspectos da adolescência, não podemos também investigar todos os adolescentes do mundo. Assim, precisamos delimitar, em razão do que queremos estudar e da metodologia utilizada, quantos e quais adolescentes iremos investigar. E, embora existam técnicas estatísticas bastante sofisticadas para a realização de amostragens representativas de uma determinada população, temos que ter consciência de que nosso recorte empírico vai determinar os resultados e a amplitude da pesquisa.

Assim, nosso primeiro recorte já está dado pelo tema que desejamos enfocar. O segundo vai configurar-se a partir de nossos interesses de investigação e de nosso referencial teórico. O terceiro e o último recorte vão estar relacionados à metodologia utilizada e ao universo empírico privilegiado. A partir destes recortes efetuados na realidade, a pesquisa deve ser lida e compreendida. É a partir deles que os dados ganham significado e podem servir para subsidiar tanto discussões teóricas como ações concretas e políticas sociais que tenham por objetivo o tema e a população estudada.

4.2 Tema e objeto de investigação

Uma das maiores dificuldades da pesquisa científica, em especial na área das ciências humanas e da saúde, é a formulação do objeto de investigação. Este, em geral, termina por ser confundido com o tema da investigação, causando uma série de dificuldades na delimitação do universo de pesquisa, na escolha da metodologia e técnicas a serem utilizadas e na própria análise dos dados. Dessa forma, todo o bom projeto de pesquisa deve começar pela especificação do tema, partindo, a seguir, para a especificação do objeto de investigação propriamente dito.

O tema é o *assunto* que se quer investigar. O tema é sempre amplo e não traz, necessariamente, um problema científico. Entretanto, a explicitação da temática a ser investigada permite situar o leitor dentro do contexto mais amplo no qual se insere o objeto que será investigado. Neste sentido, a definição do tema fornece importantes subsídios para a justificativa da própria pesquisa.

É importante ter claro que o tema está colado à realidade empírica, ele não é uma abstração, mas uma *leitura* parcial e rápida da realidade. Ele define também os primeiros *passos* de uma pesquisa, visto que é uma primeira delimitação, ainda grosseira, do objeto de investigação. A partir da definição do tema da pesquisa, já é possível percorrer a bibliografia sobre o assunto, conhecer os aspectos do tema que foram mais trabalhados, identificar lacunas no conhecimento produzido, etc. Nesse sentido, a delimitação do tema orienta a construção do objeto propriamente dito.

O objeto, por sua vez, não encontra, necessariamente, uma correspondência imediata com uma realidade empírica, pois o ideal é que sua problemática ultrapasse as situações concretas, ou melhor, se aplique a diferentes realidades, embora com algumas diferenças, tais como de intensidade, forma de apresentação, duração, etc. Assim, ao afirmarmos que o objeto de investigação científica não é igual à realidade empírica, estamos assumindo o fato de que a ciência trabalha sempre com uma realidade construída. Esta construção é determinada pelo seu recorte disciplinar, pelas características do campo científico da época, pela trajetória acadêmica e pessoal do pesquisador, pela conjuntura político-econômica e social, enfim, por um conjunto de fatores que ultrapassam a ciência propriamente dita. A concepção de *objeto construído* indica, como antes aprofundado, a problematização da relação entre sujeito e objeto. O sujeito é incapaz de apenas *descrever, retratar* o objeto, como se fosse uma câmera fotográfica – até porque não existe o retrato totalmente objetivo – este depende da qualidade do filme, da máquina, da luz, do enquadramento, etc.

O objeto da pesquisa científica é, desse modo, distinto do tema, visto que deve apresentar, primeiro, uma delimitação do tema, ou seja, um *recorte* preciso, e, segundo, deve trazer questões pertinentes ao campo científico ao qual a investigação se vincula. Assim, podemos dizer que o objeto é o *problema* que se quer investigar. Ele é sempre uma construção teórica e necessita ser delimitado em termos de: população (amostra), número de fatores a serem estudados (variáveis), espaço e tempo.

Embora possamos dizer que o objeto é o problema a ser investigado, não podemos confundir um problema científico com um problema social. Estes dois “tipos” de problemas podem e mesmo devem estar vinculados, mas são de natureza diferente. Um problema social é a leitura que um grupo social ou uma instituição faz de uma determinada realidade e trans-forma esta leitura em uma demanda, bandeira de luta ou questão política. Por outro lado, o problema científico pode ser construído a partir de um problema social, mas deve romper com o senso comum desse, problematizando-o, desconstruindo-o, tomando-o como uma visão específica. Um problema científico deve, assim, considerar como parte da investigação a pró-

pria emergência do problema social (momento histórico, agentes envolvidos, interesses em jogo, etc.).

Para clarear a diferença entre problema social e problema científico, tomaremos o exemplo da Aids. Podemos considerar que a epidemia da Aids é um problema social, pois atinge um grande número de pessoas e acarreta um série de consequências econômicas e sociais em diferentes níveis (pessoal, familiar, estatal). A Aids, diferentemente de outras doenças – que possuem igual ou maior prevalência e gravidade – conseguiu, graças à ação das chamadas ONGs (Organizações Não Governamentais), colocar-se como um problema de toda a sociedade. É assim que, no Brasil, obteve-se a distribuição de medicação gratuita para a Aids, ao mesmo tempo em que faltam medicamentos para outras doenças que não tiveram a mesma capacidade de mobilização social e política. Mas, se a epidemia da Aids é um problema social, ela não é, em si, um problema científico. Para que esse problema social se transforme em um objeto de investigação, é necessário problematizá-lo a partir de nosso recorte metodológico e disciplinar. No caso, por exemplo, de uma pesquisa na área das ciências sociais, poderíamos questionar os fatores sociais e culturais que agem como facilitadores da expansão da epidemia entre determinada população, ou ainda, poderíamos investigar as representações e as práticas relacionadas à doença e às formas de transmissão do vírus, à concepção de risco e às medidas de prevenção. Entretanto, na análise dessas questões, a investigação científica deverá considerar também os diferentes fatores vinculados à emergência do problema em jogo. No caso da Aids, não poderíamos deixar de contemplar a influência da mídia e das campanhas de prevenção nas representações e práticas das pessoas, o financiamento internacional para a doença, o papel das ONGs, entre outros elementos.

4.3 A construção do objeto

O objeto da investigação científica requer, dessa forma, um elaborado trabalho de construção. É nele que reside, em grande parte, a originalidade da pesquisa. A explicitação do problema a ser investigado, do *recorte* que está sendo privilegiado e dos limites e implicações desse *recorte* é um dos principais requisitos para uma boa pesquisa.

A construção do objeto reflete um processo de amadurecimento teórico, exploração do tema e da realidade empírica que é própria ao pesquisador, ou seja, é um caminho que ele mesmo deve percorrer. Embora tendo claro que cada processo é singular, sugerimos, a seguir, alguns passos que podem auxiliar na construção do objeto de investigação:

1. Partir de um tema de interesse bastante amplo;
2. Revisar a literatura sobre o tema, tanto a literatura científica como outras fontes de informação (internet, jornais, revistas, documentos);
3. Identificar, com base na revisão bibliográfica, as especificidades do tema, os aspectos privilegiados pelos diferentes enfoques (científico, jornais, revistas), a atualidade da questão, sua relação com a realidade empírica;
4. Colocar, a partir do material consultado e de observações não sistematizadas, um conjunto de perguntas para o tema que se quer investigar;
5. Confrontar essas perguntas com as questões colocadas pela área de conhecimento específica da investigação;
6. Escolher um aspecto do tema que seja de interesse do pesquisador e que tenha relação com uma determinada realidade empírica e com as questões colocadas pela área de conhecimento;
7. Elaborar a problemática de investigação, delimitando o tema, as questões a serem investigadas e sua relação com a área de conhecimento.

Como já salientamos, é fundamental que o objeto a ser investigado seja bem delimitado. Esta delimitação deve levar em consideração, além de questões teóricas, aspectos de ordem prática, tais como o número de pessoas envolvidas, tempo e verba disponíveis para a realização do estudo e da análise dos dados. Isso não significa que o estudo deva responder apenas a uma questão, mas sim que existe uma questão principal da qual pode derivar uma série de outras perguntas. Em alguns modelos de projeto de pesquisa, isso aparece na forma de objetivo principal e objetivos específicos. Os objetivos específicos são, na verdade, as hipóteses, colocadas no formato de perguntas, construídas para responder o problema de investigação. A explicitação dessas perguntas pode melhor direcionar o estudo e auxiliar a elaboração dos instrumentos de coleta de dados (roteiro de entrevista e observação).

Por exemplo, um projeto de pesquisa pode ter como objeto de investigação as relações existentes entre concepção e prática religiosa e doação de órgãos e sangue (Borges et al, 1997). Assim, o objetivo principal é entender, por um lado, a concepção que as diferentes religiões possuem a respeito da doação de órgãos e de sangue e, por outro, a atualização desse discurso na prática dos fiéis.

Os objetivos específicos vinculados ao principal são:

1. compreender o lugar ocupado pela doação de órgãos e de sangue na cosmologia da religião;
2. identificar os diferentes fatores relacionados à permissão ou interdição da doação no contexto do discurso e da prática religiosa;

3. investigar a adesão dos fiéis ao discurso religioso relativo à doação de sangue e órgãos;
4. traçar o perfil dos fiéis que seguem a orientação religiosa e daqueles que não o fazem;
5. identificar a concepção dos fiéis a respeito da doação de órgãos e de sangue.

A definição do objeto de investigação não deve ser tomada, entretanto, como estática e permanente. Nas pesquisas que privilegiam a metodologia qualitativa, há sempre a possibilidade de redefinir o objeto durante o próprio desenvolvimento do estudo. Essa redefinição pode se dar em função das especificidades do grupo e/ou local estudado, das mudanças sociais, econômicas e políticas ou em razão mesmo da pertinência do objeto para o grupo em estudo.

4.4 O universo empírico

O objeto de investigação deve explicitar, além do problema a ser investigado, o universo empírico que será contemplado e o recorte temporal privilegiado. O universo empírico é o que, nas pesquisas quantitativas é, em geral, chamado de amostra ou população. Entretanto, na pesquisa qualitativa não trabalhamos com a idéia de “amostra”, visto que essa traz implícita a concepção de que uma determinada parte de uma população é representativa do todo. Esse pressuposto garante, por sua vez, a possibilidade de generalização dos resultados obtidos.

Na pesquisa qualitativa, o universo empírico refere-se ao grupo que será estudado e ao local onde será realizada a investigação. E, embora não haja a preocupação com a aleatoriedade desse universo empírico, a escolha deve dar-se em função do objeto de investigação. Ou seja, o local e o grupo escolhido para o estudo devem apresentar as melhores condições de explicitação da problemática da investigação. Assim se, por exemplo, queremos investigar as modificações no cotidiano ocasionadas pelo diagnóstico de diabetes, iremos tomar um grupo de pessoas com essa doença ou então um grupo de pessoas que convivem com um diabético. Agora, seria muito difícil darmos conta desse objeto de investigação se tomássemos como universo os moradores de determinado bairro, a menos que esse bairro apresentasse uma incidência muito grande da doença.

Dessa forma, o primeiro recorte do universo empírico diz respeito ao grupo ou grupos que participarão do estudo. O grupo pode ser delimitado

em função de diferentes critérios: uma determinada faixa etária (adolescência, velhice, idade reprodutiva, etc.), classe social (classe média, alta ou popular), condição física (gestação, portador de determinada doença, etc.), etnia (negro, índio, italiano, alemão, etc.), sexo (homens ou mulheres), gênero (masculino, feminino), profissão, condição marital (casados, solteiros, viúvos, separados) e vários outros fatores que, de alguma forma, podem caracterizar as pessoas estudadas. Em geral, o universo acaba sendo uma combinação de dois ou mais desses critérios, como por exemplo, adolescentes gestantes de classe média ou então homens solteiros trabalhadores da construção civil.

O segundo recorte do universo deve indicar o local onde o grupo eleito será recrutado. O fundamental é que o local escolhido garanta as melhores condições de acesso ao grupo, tanto no que se refere à disponibilidade em grande número do perfil desejado, como no que diz respeito à aceitação da presença do pesquisador por parte dos membros do grupo. Nesse sentido, podemos justificar a escolha de um bairro da cidade pelo fato de ele apresentar grande incidência da doença que queremos estudar ou então podemos privilegiar determinados serviços de saúde por termos a aceitação do responsável para a realização do estudo, ou ainda podemos optar por um local em razão de já termos vínculos estabelecidos.

A terceira delimitação que deve estar contemplada no universo de investigação é a temporal. É fundamental explicitar qual o período de tempo que será contemplado no estudo. É bastante diferente acompanharmos uma gestante do início da gravidez até o parto de tomarmos um único momento desse processo. O recorte temporal deve estar, evidentemente, em conformidade com o objeto da investigação.

Por fim, o universo empírico deve prever ainda o número de pessoas que serão contempladas na investigação, o chamado n da pesquisa quantitativa. Na pesquisa qualitativa esse número não é determinado por um cálculo amostral, tampouco rígido. Ele é indicado pela própria saturação ou recorrência dos dados, isto é, aquele momento no qual a busca de novos sujeitos não acrescenta mais nenhum dado novo à investigação. Entretanto, o fato de a pesquisa qualitativa trabalhar com populações menores não significa que duas ou três pessoas investigadas conseguirão dar conta do objeto. É fundamental que o pesquisador busque, dentro de seu universo, a maior diversidade possível, de forma a contemplar as diferentes perspectivas do problema e obter uma saturação dos dados adequada.

Bibliografia Comentada

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. "La construcción del objeto". *El oficio de sociólogo*. Juan Pablos: Siglo XXI, 1986, 9 ed.

Nessa publicação, os autores debatem os princípios que norteiam a definição de um objeto de investigação científica. Para eles, a investigação científica se organiza em torno de objetos construídos que não são iguais àquelas unidades delimitadas pelas percepções do real. Nesse sentido, pode-se dizer que há muita diferença entre o objeto *real* e o objeto *científico*. Toda a prática científica implica pressupostos teóricos e um corpo de hipóteses metodologicamente construídas com vistas à prova experimental. Assim sendo, numa investigação científica, não existe pergunta neutra. Por exemplo, a pergunta: "você trabalhou hoje?" implica uma concepção pré-determinada de trabalho. Portanto, o sociólogo deve submeter suas próprias interrogações à interrogação sociológica. Os autores avaliam que o questionário é apenas um dos instrumentos da observação, cujas vantagens metodológicas não devem dissimular seus limites epistemológicos.

Bibliografia Referida

BOURDIEU, P. "Introdução a uma Sociologia Reflexiva". *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil SA/Difel, 1989.